

## A segregação socioespacial na metrópole paulista

Glória da Anunciação Alves\*

### Resumo

Este artigo se propõe a discutir os processos de segregação socioespacial na metrópole paulista, dando destaque para a relação centro-periferia, é discutindo como a questão se coloca hoje.

**Palavras chave:** segregação socioespacial, requalificação urbana, periferia, centralidade

### Abstract

This article aims to discuss the processes of segregation in the metropolis, giving prominence to the center-periphery relationship and discussing how to put this question today.

**Keywords:** spatial segregation, urban regeneration, periphery, centrality.

### Introdução

Para entender o mundo contemporâneo hoje faz-se necessário desvendar as dinâmicas urbanas presentes no processo de reprodução capitalista, as quais implicam transformações do espaço geográfico, que nesse processo é, como nos diz CARLOS (2001), condição, meio e produto das relações sociais.

Deste modo, o espaço é um importante e necessário aspecto a ser analisado para entendermos a constituição da atual sociedade, que é marcada, ao mesmo tempo e contraditoriamente, por um aumento de produção da riqueza econômica e também da pobreza .

A reprodução desigual e combinada do processo de reprodução capitalista no espaço, como reafirma SOJA (1993) e OLIVEIRA (2001) entre outros, tem promovido mudanças significativas nos espaços das grandes cidades, tais mudanças ao mesmo tempo se apresentam como processos globais, mas que se realizam e se diferenciam nas escalas locais e por suas diferenciações / particularidades, se articulam de modo desigual a

uma rede de cidades, as quais, hierarquicamente, fazem parte de uma rede de cidades chamadas de globais (Sassen, 1998) que comandam e gerenciam o processo de reprodução capitalista. Essa reprodução se pauta, no caso de São Paulo, pela produção de espaços segregados na cidade e/ou do seu entorno, ou seja, da região metropolitana da qual é a cidade principal. Mas que espaços são esses, qual a lógica de sua produção?

Até final da década de 70 o diríamos que eram as chamadas periferias da cidade, sendo que periferia era entendida como, segundo LANGENBUCH (2001, p.89), uma aglomeração urbana, em geral distantes das áreas de urbanização consolidadas da cidade, onde havia predomínio de residências voltadas às camadas de menor poder aquisitivo, com alta densidade demográfica, e com déficits de infraestrutura urbana. Hoje, além desses espaços que continuam sendo reproduzidos expandido a região metropolitana, temos o incremento de espaços autosegregacionistas na cidade e na região metropolitana o qual são denominamos de condomínios fechados.

O objetivo deste trabalho será discutir

\*Profa. Dra. da Universidade de São Paulo. E-mail: [gaalves@usp.br](mailto:gaalves@usp.br)

os processos de segregação e diferenciação sócioespaciais, tendo como estudo de caso a cidade de São Paulo, que vem passando por processos de transformação, principalmente em seu centro histórico, tendo como referências ações e estratégias realizadas em cidades americanas e europeias. Ao mesmo tempo em que se transforma, São Paulo serve de exemplo para outras cidades brasileiras. Sua transformação vai ao encontro de um projeto de globalização econômica das cidades, que, tendencialmente, aprofunda a dinâmica de segregação social, com a tentativa de higienização social de determinados espaços da cidade (SMITH, 2006) e, ao mesmo tempo, impelindo a expansão urbana numa escala metropolitana, cuja dinâmica propicia a criação de espaços onde a segregação e ou autosegregação, são elementos característicos. Temos a ampliação de espaços periféricos, aqui inicialmente entendidos como distantes das áreas centrais, mas que podem ser distinguidos em: áreas periféricas em que predomina a escassez de bens públicos (em sentido lato) e áreas periféricas onde predomina a autosegregação, caracterizada principalmente pelos condomínios fechados.

Ainda que boa parte das ideias apresentadas aqui tenham sido expostas quando da realização do I Simpósio Brasil-Moçambique<sup>1</sup>, após a realização do mesmo várias questões sugeriram, as quais necessitam de pesquisa aprofundada para serem debatidas.

### **São Paulo e as transformações sócioespaciais**

São Paulo é a cidade centro da Região metropolitana de São Paulo (figura 1), composta por 39 municípios, considerada por muitos intelectuais<sup>2</sup> como uma cidade global, ou seja, uma cidade que tem, na escala brasileira, o papel gerenciador de atividades econômicas, produtivas e financeiras e que faz parte de uma rede de cidades, as cidades globais, rede essa que comanda as atividades produtivas em escala global.

É o maior município da região, sendo o nó principal das redes de comunicação (rodovia, ferrovia, transporte aéreo, de telecomunicações no geral), e tendo hoje papel de comando produtivo e financeiro. A região metropolitana de São Paulo é a região classificada pelos órgãos de planejamento

governamentais como a região metropolitana de primeira escala, sendo a única no Brasil, seguida pela (também única) região metropolitana de segunda escala, a do Rio de Janeiro, justamente por concentrar (ainda que nas últimas décadas tenha diminuído a porcentagem) uma grande produção industrial, de serviços e financeira (vale lembrar que no centro dessa região está a Bolsa de Valores e a Bolsa de Mercadorias e Futuro).

De acordo com dados do IBGE, em 2005, o Estado de São Paulo foi responsável por 33,9% do PIB. Já dados da SEADE<sup>3</sup> indicam que, em relação ao Valor Adicionado (VA) na atividade industrial, o Estado responde a 50% do produzido em todo o país e a Região metropolitana de São Paulo respondia com mais de 50% dessa participação e dentro da Região o município de São Paulo a 50% do Estado, sendo, ainda segundo dados do IBGE, responsável por 12,3% do PIB Brasileiro. Poderíamos ainda enfatizar esses números por meio da concentração de pessoal empregado na indústria, comércio, serviços, agências e depósitos bancários, fluxo de passageiros aéreos, publicações universitárias<sup>4</sup> entre outros, mas o que queremos destacar é essa produção de riqueza nacional por uma dada região metropolitana e por seu município sede.

São Paulo é assim considerada como uma região metropolitana de escala global. Se para boa parte dos geógrafos essa afirmação é facilmente compreendida, o mesmo não podemos dizer do homem que todo dia a vive ou a vê, como representação, pelos meios de comunicação. Foi justamente essa a questão feita por um cidadão moçambicano quando soube de onde eram, para ela, os turistas que acabava de conhecer. Disse ele: "Diga-me lá, você é de São Paulo não é? Então me diga, o que é uma metrópole?"

Podemos dizer que a metrópole tem como marca a questão da inovação, entendida enquanto mudança técnica e cultural. Nesse sentido a metrópole seria um espaço que potencializa a geração de modernidade, por sua capacidade de receber informações inovadoras (de todos os níveis), assimilá-las e reproduzi-las, muitas vezes a partir de generalizações de modelos e situações que se difundem por outros espaços metropolitanos ou não.

Possui, assim, a capacidade de difusão interterritorial e, dialeticamente, potencializa a geração de modernidade. A cidade metropolitana é hoje um espaço produtivo global, cuja infraestrutura de produção de inovação produtiva e socioterritorial busca adequar a produção dentro de uma economia de aglomeração, capaz de possibilitar uma dinâmica/processo de inovação.

Mas o que significa isso para o conjunto da sociedade? O que implica a existência de uma unidade socioespacial altamente tecnologicada com capacidade de criação, absorção, difusão e geração de inovação? Quais as transformações no espaço metropolitano e as novas formações espaciais resultantes desse processo em especial, em cidade da chamada periferia do mundo capitalista?

A existência dessa capacidade produtiva de riqueza, por fazer parte de um processo de reprodução capitalista desigual, contraditório e combinado do espaço, tem gerado também imensas áreas de marginalização e pobreza, fazendo com que boa parte da população viva em situação precária (em áreas de risco, moradias irregulares) e sem acesso a parte dos serviços públicos existentes. Ainda que mais visível nas periferias, essa situação também se encontra nas áreas centrais.

Enquanto representação, a figura 2 dá uma ideia dessa situação de reprodução combinada e desigual que, como disse um professor moçambicano: "Se não soubesse que era verdadeira", diria que se trata de uma montagem".

Figura 2- Morumbi?



Fonte: <http://www.joildo.net/imagem/006-contraste-paraísopolis-morumbi/>

Até os anos 80 essa divisão compartimentada da sociedade era mais visualizada espacialmente, e explicada teoricamente, a partir da relação centro-periferia: a princípio os mais abastados localizavam-se nas áreas centrais da cidade e os com menores recursos (ou sem nenhum) nas imensas periferias que se formaram a partir dos

anos 50 e que cresceram enormemente a partir dos anos 70, juntamente com o crescimento industrial da cidade e da Região metropolitana. A periferia era o conceito utilizado na geografia utilizado para designar áreas

"(...) de qualquer aglomeração urbana, não necessariamente grande, localizadas via de

regra em porção próxima aos limites externos da área edificada, onde predomina a ocupação residencial pelas camadas pobres da população, estabelecida aí de modo bastante precário (...) é comum haver uma elevada densidade demográfica..." (LANGENBUCH, 2001, p. 89)

Assim, a geografia, muito influenciada pelas discussões vindas da sociologia, incorporou a dimensão social ao conceito que anteriormente, ao menos no Brasil dos anos 40, de acordo com levantamentos feitos em trabalhos da época<sup>6</sup> quando usado, limitava-se a indicar áreas que ficavam muito distantes do centro, mas não necessariamente eram compostas por populações de baixíssima renda.

Essa associação, feita a partir dos 70, de periferia com áreas distantes do centro e com população de baixa renda se generaliza de tal forma que áreas distantes do centro, mas compostas por populações abastadas deixam de ser nomeadas por periferias, mas reiteradamente, na mídia, são designadas como áreas de condomínios fechados, como, no caso paulista da região do Alphaville, da Granja Viana, entre outros, que, nessa época, se localizavam distantes do centro paulista, mas com boa acessibilidade a ele, por meio de rodovias como a Castelo Branco e a Raposo Tavares respectivamente.

Por periferias designavam-se as áreas nos limites da urbanização paulista, onde predominavam os loteamentos (irregulares, em sua maior parte), de dimensões pequenas (muitas vezes com não mais de 50 metros quadrados), com falta de quase todo tipo de equipamentos sociais (hospitais, escolas, creches) e de infraestrutura (falta de pavimentação, água encanada, energia elétrica) e com predominância de população de baixa renda, em geral migrantes vindos de todas as partes do país.

Essa associação, periferia-pobreza, generaliza-se a ponto de alguns sociólogos<sup>7</sup> falarem em periferização das áreas centrais, ao apreenderem o aumento de população de baixa renda nas áreas centrais, vivendo em cortiços ou sub-habitações, ou mesmo pelo aumento de moradores de rua nessa região. Vale lembrar que as moradias como cortiços e sub-habitações

existem na cidade de São Paulo desde fins do século XIX, ficando pois difícil falar em periferização do Centro se pensarmos apenas no critério renda e mesmo assim não poderíamos fazer tal afirmação pois, segundo dados do IBGE, ainda que tenha havido um crescimento negativo na área central, mais especificamente na Região Sé<sup>8</sup>, trata-se de uma região densamente povoada, sendo que nessa região 23,74% dos domicílios possuem uma renda familiar superior a 25 salários mínimos enquanto que para o município de São Paulo, nessa mesma faixa a percentagem era de 14,06%, o que demonstra que, ainda que haja nessa região população de baixa renda, o rendimento familiar dos domicílios com até 2 salários mínimos é de 7,55%, enquanto que no município na mesma faixa de renda a percentagem chega a 13,30%.

Vemos hoje o espaço urbano da metrópole paulista se reproduzir a partir de transformações em espaços já construídos, a partir do processo de desvalorização/valorização e de produção de espaços a partir da incorporação de espaços que Tello i Robira<sup>9</sup> denomina por territórios-reserva. Mas de que processo estamos falando?

No caso dos chamados territórios-reserva, trata-se de incorporação de áreas ainda não edificadas ou com pouca edificação que ficam nas bordas da metrópole e que, em especial em São Paulo, mas também em Buenos Aires de acordo com os relatos do Professor Pablo Ciccollella<sup>10</sup>, vêm sendo transformadas a partir da criação de condomínios fechados de alto padrão, que vendem espaços tidos como seguros, com sofisticação, tecnologia, possibilitando a satisfação de necessidades como por exemplo o lazer nesse espaço, sendo a negação da ideia de cidade, entendida aqui como o lugar do encontro, da diversidade, do viver o público, já que se criam espaços de encontro entre os mesmos. É o que chamamos de espaços onde a autossegregação está presente.

Deste modo, as áreas desvalorizadas, áreas periféricas, são momentaneamente, constituindo-se, segundo Tello i Robira (2005), enquanto espaços-reservas, isto é espaços usados em momentos de crise de expansão e acumulação. Nesse sentido as áreas periféricas poderiam ser consideradas territórios-reserva.

A periferia, como mostra Damiani (2005a), é provisória. Nela a urbanização, ainda segundo a autora (2005b), é crítica no sentido de se por como impossibilidade do urbano para todos, já que a urbanização se põe como um negócio.

A partir do momento em que determinado espaço (periférico ou central, mas tido como degradado e desvalorizado) passa a ser incorporado pelas estratégias do mercado imobiliário, em geral articuladas com as do Estado<sup>11</sup>, temos como tendência uma imaneente possibilidade de conflito. No movimento de incorporação e valorização, as populações, em geral, são sempre criminalizadas pois ocupam áreas tidas como ilegais, ou seja, são culpadas pela própria situação e são essas que passam a ser penalizadas, muitas vezes com sua expulsão da área, migrando na metrópole em busca de outros lugares para sobrevivência. Em geral, afirma-se que são áreas onde o Estado não está presente, mas como nos mostra Rodrigues (2007, p. 74)

Num aparente paradoxo, a presença do Estado ao estabelecer as condições gerais da reprodução é entendida como ausência do urbano. Ficam ocultas, desse modo, causas da perpetuação da desigualdade socioespacial.

Ainda na visão da autora

“O Estado está ausente ao definir salários insuficiente para a reprodução da vida, não prover o acesso universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo” (Rodrigues, 2007, p.74)

A valorização dessas áreas é dada a partir do investimento do Estado em equipamentos urbanos que, de um lado, a princípio atendem à necessidade e aos anseios da população que aí vive, como por exemplo, a chegada de equipamentos de ensino e lazer de qualidade, como é o caso da criação e instalação de CEUs (Centro Educacional Unificado), que ao valorizar um espaço, cria as condições de valorização das áreas, atraindo as populações de melhor poder de aquisição e levando à expulsão das populações com menos recursos<sup>12</sup>.

A reprodução espacial na metrópole

paulista vem ocorrendo também por meio da reincorporação de áreas desvalorizadas ao mercado imobiliário a partir de uma revalorização da mesma com uma mudança de função. Esse fenômeno, que não é exclusivo da metrópole paulista, se desenvolve a partir da transformação produtiva do uso do espaço: áreas antes industriais, passam por um processo de desvalorização econômica, funcional e social, principalmente a partir da crise da produção fordista e da ascensão da produção, chamada por Harvey<sup>13</sup>, de flexível.

Desvalorizadas pela perda do uso (com a mudança de empresas para outras áreas da Região Metropolitana ou mesmo para fora desta, falência ou fechamento de empresas), os espaços por ela ocupados se desvalorizam e possibilitam, no caso paulista, a articulação entre Estado e Iniciativa privada para promoção de ações que visem a transformar produtivamente esse tipo de espaço. Esse fenômeno pode ser estudado em bairros como Barra Funda, Butantã e Jaguaré (zona Oeste da cidade de SP), Tatuapé (zona leste de SP), Moóca, Brás, Belém (área central de SP) e também em municípios da Região metropolitana como Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo.

Nas áreas citadas, os espaços onde antes se encontravam indústrias e áreas com residências operárias temos, depois do processo de desvalorização pela saída, fechamento, falência das empresas, uma mudança populacional a partir da reprodução espacial: muitas vezes há, e daí a importância do Estado nesse processo de valorização, mudanças na lei de zoneamento local, transformando as áreas em uso misto (habitacional e serviços), voltadas, pelo tipo de empreendimentos criados, a uma população de média ou alta renda que passa a se apropriar, a partir da propriedade privada, da área.

Essas mudanças produtivas do espaço, necessárias à reprodução do capital, trazem transformações profundas aos que vivem na região. Em nome, ao menos no discurso, da modernização do espaço, da inserção e articulação à escala global, moradores antigos, numa analogia à obra de Berman<sup>14</sup>, são deslocados de seus antigos lugares de moradia para dar lugar aos chamados espaços modernos<sup>15</sup>.

Essas transformações, em geral, contam

com a articulação entre Estado, empreendedor imobiliário e financeiro, que possibilita a reprodução do espaço por meio de operações interligadas e ou operações urbanas que, em geral, têm como parâmetro os modelos internacionais, e como consultores os especialistas catalães, espanhóis, portugueses, americanos, brasileiros entre outros e que seguem um mesmo receituário no qual a multifuncionalidade do atual período contrasta com a monofuncionalidade dos anos 70 (ao menos no Brasil).

Em nome da fluidez da mercadoria (aquí entendida por produtos como a informação, objetos de desejo de consumo, carros, dinheiro e mesmo pessoas) e da modernização (social inclusive) dos espaços, os espaços tendem a ser transformados (como nos exemplos citados acima), mas podem ser também transformados a partir da sua manutenção enquanto produtos de consumo turístico-cultural: é o caso de áreas do centro da cidade que se mantêm (ao menos na forma) para possibilitar a mudança de uso produtivo e social.

Os centros da cidade têm passado simultaneamente por processos que conservam espaços como espaços de monumentalidade, que servem ao turismo cultural associado ao de negócios, mas que mudam muitas vezes de função e de público que os ocupam, não sem resistência. Outros passam por grandes transformações, sendo muitas vezes totalmente destruídos para a construção do novo, do moderno, que, ao menos nos discursos, possibilitam a articulação do arcaico com o moderno, compondo novos espaços.

A requalificação da Praça do Patriarca, no centro de São Paulo, segue essa tendência: remodelada, restaura-se o mosaico português do pavimento, as fachadas nos prédios aí existentes e, ao mesmo tempo, promove-se um concurso para modernizar a mesma, do qual resulta, depois de julgados os projetos, a instalação de um pórtico moderno que contrasta com as formas<sup>16</sup> já existentes no lugar. Mais do que mudança de forma, há também uma mudança de uso da Praça: numa tentativa de higienização, retiram-se os pontos terminais de ônibus: ao mesmo tempo em que se procura diminuir o trânsito de pedestres de passagem na área, limita-se o acesso de senhoras idosas à Igreja de Santo Antônio localizada na

Praça.

Ainda que se tratem de processos diferenciados, podemos inferir que todos podem levar a uma intensificação do fenômeno de diferenciação sócio espacial. Mas o que viria a ser a segregação diferenciação socioespacial?

Segundo CARLOS<sup>17</sup>

"... a prática social é espacializada e a ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na cidade, revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela morfologia espacial (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso). O desenvolvimento histórico da propriedade no seio do processo de reprodução aponta a reprodução do valor de troca - e o que dela se diferencia, o que ela subordina e como orienta o uso como possibilidade de apropriação realizando-se na diferença."

Entender essa prática, segundo a autora, exige que se desvende a produção do espaço que leva a essa diferenciação. Uma produção que é reprodução dada pelo processo de desvalorização/valorização do espaço social e que serve à reprodução do movimento do capital, que hoje, mais do que outrora, necessita da dominação e controle da produção do espaço para sua reprodução.. é nesse mesmo trabalho que a autora explicita o que ela denomina, avançando sobre o pensamento de Lefebvre, de o espaço como condição, meio e produto, a partir da análise de níveis e escalas de análise diferenciados, mas que se articulam nesse processo.

### **Um caso central: o Edifício São Vito e o Edifício Mercúrio**

Os dois edifícios (figura 3) citados se localizam na quadra em frente ao Mercado Municipal de São Paulo, que já passou por um processo de requalificação urbana e que hoje, além de oferecer aos consumidores mercadorias que faziam parte da rotina de trocas, é também ponto turístico

da cidade. Reformado, teve suas estruturas recuperadas assim como seus vitrais. Mas as mudanças foram além da recuperação do edifício, considerado patrimônio arquitetônico da cidade: houve uma mudança no tipo de pessoas que o frequentam: depois da requalificação e da chegada dos turistas os preços aumentaram, afugentando parte dos que antes por ali transitavam para fazer suas compras.

No caso do São Vito, tratava-se de um prédio onde residia um grande número de pessoas<sup>18</sup> e de famílias de baixa renda. O prédio tinha problemas estruturais e, durante a gestão da prefeita Marta (PT-2001-2004), com um plano diretor aprovado pela Câmara dos Vereadores, no qual se estabeleciam nas áreas centrais áreas de interesse social, o São Vito acabou por ser

desocupado com a promessa de que depois de requalificado parte das famílias voltaria para residir no prédio. Na época a prefeitura garantiu com subsídios, recursos para que as famílias pudessem alugar casas, quartos de hotel, etc, até que o edifício fosse recuperado estruturalmente.

Não houve continuidade de governo e o prefeito eleito na época ( José Serra - PSDB) parou com o processo, acabou com os subsídios e emparedou<sup>19</sup> a entrada do prédio para garantir a não acessibilidade e impedir o retorno dos antigos moradores. Depois, pela imprensa, a sociedade paulista foi informada que, de acordo com laudos técnicos, não havia motivos para a manutenção, preservação e conservação desse prédio (do ponto de vista arquitetônico) e que ele seria implodido.

## Ed. São Vito e ed. Mercúrio



<http://noticias.terra.com.br/brasil/galerias/0,,O182316-EI306,00.html>

Trata-se de garantir a transformação desse espaço e valorização do entorno do Mercado Municipal, dentro da estratégia de valorização da área central empreendida pelo Estado e iniciativa privada. Entretanto a estratégia não se realizou rapidamente pois a implosão do prédio poderia abalar as estruturas do edifício vizinho, o edifício Mercúrio, que possuía famílias morando e que

poderiam oferecer resistência a um processo de esvaziamento do mesmo. Ainda que tendo resistido, com apoio do Centro Vivo, em fevereiro de 2009 o prédio foi desocupado por ordem judicial e com o uso de força policial, abrindo a possibilidade de efetiva transformação espacial, corroborando com a efetivação do projeto Nova Luz, que visa "requalificar" a área, procurando retirar a

população que limita o processo de modernização e embelezamento da área em questão, ao mesmo tempo em que busca disciplinar os possíveis usos desse espaço, controlando-o.

O interessante foi a estratégia para se conseguir o apoio por parte da sociedade: primeiro mostra-se e reforça-se que a área está degradada, perigosa, e que não há outra solução para que ela possa ser “requalificada”, “revitalizada”, exigindo-se a destruição das formas pretéritas para que as novas, modernas, possam revalorizar econômica e socialmente a área em questão.

Queremos mostrar com os casos do Edifício São Vito e do Edifício Mercúrio citados que, embora não se tratem de edifícios industriais, que tiveram suas áreas desvalorizadas por razão da própria transformação produtiva (passagem da produção fordista para a de acumulação flexível) já que se tratam de edifícios residenciais, a estratégia foi a mesma realizada nas áreas industriais centrais da cidade e da região metropolitana: a partir da desvalorização monetária e social, a única saída apontada é sua destruição e construção do novo, moderno, qualificado no lugar.

### Considerações finais

Os processos aqui destacados mostram a realização da valorização do espaço a partir do processo de desvalorização/valorização do espaço urbano, a nível local, mas ele não é único. Ainda que possua especificidades próprias ligadas à reprodução da sociedade local, não se pode negar que ao mesmo tempo faz parte de um processo que, em cada local com suas particularidades,

busca a reprodução do capital e que na sociedade contemporânea tem o espaço como ferramenta/produto dessa condição de produção/reprodução.

É interessante perceber que em escala local<sup>20</sup>, regional<sup>21</sup> e nacional<sup>22</sup>, se reproduzem modelos de requalificação/revalorização/produção de espaços a partir de experiências e projeto realizados na metrópole paulista que, por sua vez, seguem receituários internacionais, tanto de cidades europeias como americanas, o mesmo ocorrendo em vários países da América Latina como Buenos Aires, Bogotá, Cidade do México. É, como diria Otília Arantes uma estratégia fatal: a cidade do pensamento único.

No caso brasileiro não se pode negar que essa estratégia tem como fundamento a existência da propriedade privada do solo. Devemos lembrar que a compra da terra no Brasil se instituiu oficialmente a partir da Lei de Terras de 1850, quando o fim do trabalho escravo já se anunciava não só devido a pressões internacionais, como também por movimentos internos. É a partir desse momento que o acesso à terra se dá a partir da compra, com a institucionalização da propriedade privada da terra. Como nos mostra Martins (1996, p.32)

“A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livre, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa.”

Assim, um dos fundamentos da desigualdade socioespacial existente no Brasil é a existência da propriedade da terra, essencial no processo de construção e transformação urbana.

### Notas

1. Realizado em fevereiro de 2009 em Maputo, Moçambique.

2. Sashia SASSEN (1998) é uma das intelectuais que classifica São Paulo como uma cidade global ainda que em seu ranking, de acordo com entrevista concedida em 2008, São Paulo esteja classificada em 56 lugar, fonte: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq103/arq103\\_00.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq103/arq103_00.asp)>, acessado em 10 de fevereiro de 2009.

3. Disponível em [www.seade.gov.br/](http://www.seade.gov.br/)

[produtos/pib/pdfs/pib\\_analise\\_2005.pdf](#), acessado em 12 de fevereiro de 2008.

4. Sobre esses dados ver: H. THÉRY e N. A. de MELLO, Atlas do Brasil.

5. Essa imagem percorreu o mundo após os conflitos entre a população local e a polícia militar no início do ano de 2009.

6. Ver AZEVEDO (1958).

7. José de Souza MARTINS . Depoimento, em *Espaço e debates*, 42, São Paulo: Revista de Estudos regionais e urbanos.
8. A região Sé é composta pelos seguintes distritos: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé. República e Sé compõem a área denominada de Centro da Cidade.
9. Rosa Tello i Robira. Áreas metropolitanas, espaços colonizados, em *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*.
10. Professor da Universidade de Buenos Aires em mesa redonda realizada no Encontro Internacional "Geografia: tradições e perspectivas, realizado de 1 a 5 de dezembro de 2008.
11. No caso paulista por meio das Operações Urbanas e ou a partir de investimentos como abertura de avenidas, ruas, pontes, etc, ou mesmo com a instalação de equipamentos públicos como Universidades públicas, hospitais e CEUS.
12. Sobre esse aspecto, ver o trabalho de graduação final de Ivan Luis Gomes. Centralidades culturais e periferia na cidade de São Paulo: o caso do Centro educacional do Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã. .
13. David HARVEY. A condição pós-moderna.
14. M. Berman em seu livro intitulado *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, em uma belíssima passagem, ao falar de Fausto, discute como o casal de velhinhos , que morava numa casinha no alto da colina, se torna, na visão de Fausto, um empecilho ao desenvolvimento de seu projeto de transformação e modernização do espaço.
15. A tese de Isabel Alvarez, intitulada A reprodução da metrópole : o projeto Eixo Tamanduatehy, mostra como no caso da Cidade Pirelly, dezenas de moradores, proprietários de terrenos e casas, são retirados de uma área para a construção de uma praça. A presença dos mesmos poderia quebrar o projeto de transformação da área dentro da proposta de remodelação e modernização para atração de investimentos.
16. Em Paris no Museu do Louvre, deve-se lembrar a instalação da Pirâmide de vidro, contendo o mesmo sentido de modernização e articulação moderno-arcaico.
17. Ana F. A . CARLOS. Diferenciação socioespacial, em *Cidades*, vol4, n. 6., p. 49
18. Segundo dados do Centro Vivo, os dois edifícios juntos abrigavam cerca de 800 famílias, com um total de 2,4 mil pessoas.
19. O emparedamento de edifícios tem sido uma pratica frequente no centro de São Paulo, numa tentativa de evitar ocupações por parte de movimentos sociais urbanos que lutam por moradia na área central. Ao lado do Prédio da Caixa Econômica Federal da Praça da Sé, há um edifício cuja entrada, assim como o primeiro andar foram fechados com tijolo e cimento na tentativa de impedir as ocupações.
20. Na região metropolitana as mudanças ocorridas em São Paulo, que em muito se pautam em experiências europeias como a de Barcelona, são reproduzidas com pequenas variações nos municípios da RMSP como Osasco, Santo André, Diadema, São Bernardo do Campo, como exemplos.
21. Em escala regional temos os exemplos da cidade de Campinas e Santos.
22. Em escala nacional citamos os casos de Recife, Fortaleza e Natal.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, I. A. A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, USP.
- ARANTES, O. "Uma estratégia fatal". In: ARANTES, O; VAINER, C. e MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. 3ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, pp. 11-74.

BERMAN, M. Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

CARLOS, A. F. A. "Diferenciação socioespacial". Cidades, Presidente Prudente, vol. 4, n. 6. 2007.

\_\_\_\_\_. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (org.). Geografias de São Paulo. São Paulo: Contexto, 2004. 2 v.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CIDADES. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos/GEU, vol. 4, n. 6, 2007.

DAMIANI, A. L. "A geografia e a produção do espaço na metrópole: entre o público e o privado". In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005a, pp. 38-50. (Novas abordagens Geosp, vol. 4).

\_\_\_\_\_. "Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo". In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (org.). *Geografias de São Paulo*. São Paulo: Contexto, 2005b, pp. 19-58. 2 v.

GOMES, I. L. Centralidades culturais e periferia na cidade de São Paulo: o caso do Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã. São Paulo, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, USP.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HUET, B. *et al.* Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Terceiro Nome/Viva o centro/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

LANGENBUCH, J. R. "Depoimento". Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, n. 42, 2001, pp. 85-91.

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1986.

MARICATO, E. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias". In: ARANTES, O; VAINER, C. e MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. 3ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINS, J. de S. O Cativo da terra. 6ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. "Depoimento". Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, n. 42, 2001, pp. 75-84.

OLIVEIRA, A. U. de. "A geografia agrária e as transformações no campo brasileiro". In: CARLOS, A. F. A. (org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. M. "Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade". Cidades, Presidente Prudente, vol. 4, n. 6. 2007, pp. 73-88.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Nobel, 1998.

SEABRA, O. C. de L. "Territórios do uso: cotidiano e modo de vida". Cidades, vol. 1, n. 2. 2004, pp. 181 a 206.

SMITH, N. "A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à 'regeneração' urbana como estratégia urbana global". In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (coord.). *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 59-88.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TELLO i ROBIRA, R. "Áreas metropolitanas, espaços colonizados". In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. (Novas abordagens Geosp, vol. 4).

THÉRY, H. ; MELLO, N. A. de. Atlas do Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.